



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional de Arcos

Parecer nº 11/IEF/NAR ARCOS/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0042028/2022-56

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Gustavo Teixeira Silvestre	CPF/CNPJ: 843.983.966-91
Endereço: Rua dos Gerânios, nº 15	Bairro: Área - I
Município: Araxá	UF: MG
Telefone: (037) 3261-3284 / (037) 99939-7889	E-mail: ambiental@educacaosem limites.com.br

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Boa Esperança	Área Total (ha): 302,3658
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 17.592	Município/UF: Dolores do Indaiá/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3123205- BFD1.9A6E.1575.40FC.A870.C441.FBAF.3796	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	84,00	Hectares
Alteração da localização da RL dentro do próprio imóvel rural que contém a RL de origem	78,80	Hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	84,00	Hectares	23K	446362	7854362
Alteração da localização da RL dentro do próprio imóvel rural que contém a RL de origem	78,80	Hectares	23K	446196	7854396

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Agricultura	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	42,00
Pecuária	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muas, ovinos e caprinos, em regime extensivo.	42,00

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado			84,00

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
--------------------	---------------	------------	---------

Lenha	Floresta Nativa	300	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 21/09/2022

Data da vistoria: 22/11/2022

Data de solicitação de informações complementares: 16/12/2022

Data do recebimento de informações complementares: 29/12/2022

Data de emissão do parecer técnico: 17/01/2023

No dia 21/11/2022 foi formalizado junto ao Instituto Estadual de Florestas, por meio do Núcleo de Apoio Regional – NAR de Arcos, do IEF – URFBio Centro Oeste, o Processo SEI nº 2100.01.0042028/2022-56, para análise técnica. Em 16/12/2022 foi protocolado no processo o Ofício nº 291/IEF/NAR Arcos de solicitação de informações complementares com prazo de 60 dias, no qual foi requerido apresentação do mapa da averbação da Reserva Legal original. A informação complementar foi respondida no dia 29/12/2022, no qual foi apresentado ofício (Documento 58595346) alegando que não foi encontrado o mapa requerido. Sendo assim o requerente apresentou documentação pedindo o cancelamento do Termo de Averbação da Reserva Legal e relocação da Reserva Legal.

A vistoria e análise inicial do Processo de Intervenção Ambiental foi realizada pelo analista ambiental André Phelipe Rodrigues da Silva, que era lotado na Aflobio de Dolores do Indaiá, porém com seu desligamento da Prefeitura de Dolores do Indaiá, a conclusão do referido Processo ficou sob responsabilidade do Coordenador do NAR Arcos Fabrício Amorim Ribeiro.

2. OBJETIVO

É objeto desse processo o pedido de relocação e regularização da área de reserva legal em 78,80 ha na Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Dolores do Indaiá e a regularização da supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 84,00 ha visando a regularização de intervenções ambientais e a adequação da reserva legal, conforme auto de infração de nº 298298-2022.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel pertencente ao Sr. Gustavo Teixeira Silvestre, denominado Fazenda Boa Esperança, matrículas nº M-17.592, localiza-se na zona rural do município de Dolores do Indaiá-MG, possui uma área total de 302,3658 hectares de acordo com a certidão de matrícula do imóvel. A pecuária e a agricultura são as principais atividades desenvolvidas no imóvel. A propriedade está localizada no Bioma Cerrado, e segundo o inventário florestal de Minas Gerais, o município de Dolores do Indaiá possui 23,05% de vegetação nativa. A matrícula mãe (M-5.500) possuía 3 (quatro) Reserva Legais averbadas (RL 1: 38,80 ha - RL 2: 15,00 ha - RL 3: 25,00 ha), datadas de 27 de agosto de 1987. Uma parte da Reserva Legal está em comum com o Sr. Ildeu Lúcio de Oliveira na matrícula M-9.626.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3123205- BFD1.9A6E.1575.40FC.A870.C441.FBAF.3796

- Área total: 302,3658 ha

- Área de reserva legal: 64,4011 ha

- Área de preservação permanente: 14,9667 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 210,3926 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 55,9481 ha

() A área está em recuperação:

(X) A área deverá ser recuperada: 8,4530 ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: M-17.592

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

(X) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 3 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

Em análise do CAR foi verificado que a área declarada na matrícula e planta topográfica apresentada correspondem.

Na data de 13 de agosto de 2002, uma área da propriedade da matrícula mãe (M-5.500), foi vendida a Ildeu Lúcio de Oliveira, passando parte da Reserva Legal averbada para essa propriedade. Contudo como não foi encontrado o mapa da averbação da Reserva Legal possibilitando a sua localização, o CAR deverá ser retificado após a finalização do processo.

Foi verificado que as informações prestadas no CAR necessitam de correção, sendo as mesmas possíveis de serem corrigidas, como condicionantes.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O presente processo visa a regularização da supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 84,00 ha, visando a regularização de intervenções ambientais conforme auto de infração de nº 298298-2022. É solicitado também o pedido de relocação da área de reserva legal em 78,80 ha.

Em 2022, foi lavrado um Auto de Infração (AI 298298-2022) pela Polícia Militar do Meio Ambiente ao Sr. Gustavo Teixeira Silvestre por realizar intervenções ambientais sem autorização.

Dos projetos apresentados:

1 - Projeto Intervenção Ambiental teve por objetivo de justificar a supressão cobertura vegetal nativa para o uso alternativo do solo. Foi justificado que a área já se encontrava consolidada com vegetação, possuindo espécies arbóreas isoladas e arbustivas em estágio de rebrota predominando gramíneas forrageiras exóticas.

2 - Inventário Florestal quantitativo e qualitativo de pontos amostrais da vegetação remanescente dentro da própria área de intervenção. Foram definidos 6 pontos amostrais nos quais foi identificado a dominância de espécies como cagaiteira, capitão-do-campo, pau-terra, pau-terrinha, jacarandá-bico-de-pato, sucupira, araticum-cortiça, lobeiras, dentre outras espécies arbustivas e herbáceas em estágios de rebrota e inicial de crescimento. Não foi relatado no Inventário Florestal a presença de espécies protegidas.

3 - Programa de Afugentamento da Fauna justificando que por se tratar de uma área antropizada e consolidada, a fauna local já se adaptou ao ambiente antrópico.

4 - Relatório da Fauna Regional relatando que na fauna local ocorre a presença cobras, tatus, seriemas, capivaras, porcos-espinhos, micos-estrela, lagartos, gambás (jaratatacas), além de diversas aves (pombas, inhambus, jacus, maritacas, beija-flores, periquitos, gaviões, corujas, papa-capins, garças, canários, bem-te-vis rajado, urubu, pardais, tesouras, rolinhas, tucanos etc.):

5 - Proposta de Alteração da Reserva Legal visando cancelamento do Termo de Averbação da Reserva Legal e relocação da Reserva Legal justificado pela inexistência do mapa do termo de averbação devido ao período que a mesma foi assinada. Atualmente a propriedade tem 3 glebas (I - 38,80 ha; II - 15,00 ha; III - 25,00 ha), a nova proposta de relocação de reserva legal será composta por 6 glebas (I - 15,00 ha; II - 09,8027 ha; III - 18,6263 ha; IV - 30,3544 ha; V - 02,3498 ha; VI - 02,6680 ha), totalizando 78,80 hectares.

Taxa de Expediente:

Relocação de Reserva Legal - DAE: 1601235151260 - Valor: R\$ 968,37 - Área: 78,8000 hectares - Data de pagamento: 28/12/2022

Supressão de Cobertura Vegetal Nativa - DAE Complementar: 1401208951769 - Valor: R\$ 992,22 - Área: 84,00 hectares - Data de pagamento: 23/08/2022

Taxa florestal:

DAE em dobro: 2901208956092 - Valor: R\$ 4.007,05 - Volume: 300 m³ de Lenha - Data de pagamento: 23/08/2022

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23122987

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa e Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não classificada

- Unidade de conservação: Não está inserida em nenhuma unidade de conservação ou zona de amortecimento

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não está inserido

- Outras restrições: A propriedade apresenta áreas com alto potencial de ocorrência de cavidades

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: G-01-03-1 (Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura); G-02-07-0 (Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo);

- Atividades licenciadas: G-01-03-1 (Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura); G-02-07-0 (Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo);

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não passível

- Número do documento: 2022.08.01.003.0002293

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria técnica foi realizada no dia 22 de novembro de 2022. o responsável técnico Nicolas Batista de Oliveira Macedo, CREA/MG 216.538/D, o analista ambiental Sanzio Nascimento e o analista técnico do IEF André Phelipe Rodrigues da Silva, CREA/MG 14.204.600-48.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Suave Ondulado a ondulado

- Solo: LVAd10 - Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico típico; Cambissolo Háplico Tb Distrófico típico

- Hidrografia: No interior do imóvel há o curso d'água Córrego dos Gérias, afluente do Rio São Francisco, portanto o imóvel se localiza na CBH do alto Rio São Francisco.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Conforme informações do inventário florestal de Minas Gerais 2009, no imóvel há áreas de vegetação nativa com fitofisionomia de cerrado e Floresta estacional semidecidual montana.

- Fauna: Segundo Levantamento Faunístico apresentado, a fauna local tem a ocorrência de cobras, tatus, seriemas, capivaras, porcos-espinhos, micos-estrela, lagartos, gambás (jaratatacas), além de diversas aves (pombas, inhambus, jacus, maritacas, beija-flores, periquitos, gaviões, corujas, papa-capins, garças, canários, bem-te-vis rajado, urubu, pardais, tesouras, rolinhas, tucanos etc.).

4.4 Alternativa técnica e locacional: Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

Inicialmente foi solicitado a regularização de intervenção ambiental sem autorização, lavrado no Auto de Infração (AI 298298-2022) pela Polícia Militar do Meio Ambiente ao Sr. Gustavo Teixeira Silvestre. Para tal, foi verificado a situação da Reserva Legal da propriedade que possuía um termo de averbação do ano de 1987. Foi solicitado o mapa da localização da Reserva Legal ao responsável técnico, que retornou que não foi possível a obtenção do documento junto ao cartório de imóvel devido a data que foi averbado. Sendo assim, o responsável técnico e o proprietário optaram por pedir a relocação da Reserva Legal dentro do imóvel. A documentação complementar foi apresentada, atendendo o que determina a legislação.

Da Relocação da Reserva Legal

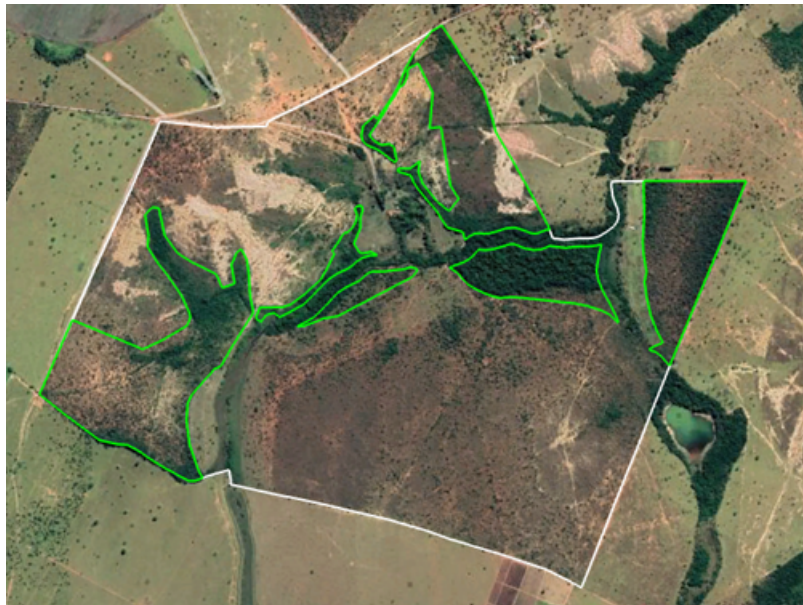
A reserva legal do imóvel foi averbada no ano de 1987 em três glebas de RL1: 38,80 ha, RL2: 15,00 ha, RL3: 25,00 ha. A localização precisa destas reservas legais não foi possível, porém durante a vistoria técnica foi possível verificar que a vegetação existente a propriedade apresenta características de floresta estacional e vegetação nativa de cerrado.

Segundo a legislação ambiental vigente a reserva legal averbada poderá ser alterada dentro do imóvel somente quando a tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a área anterior, garantindo ganho ambiental (§ 1º do Art. 27 da Lei nº 20.922/2013).

A proposta de relocação consiste de 6 glebas (I - 15,00 ha; II - 09,8027 ha; III - 18,6263 ha; IV - 30,3544 ha; V - 02,3498 ha; VI - 02,6668 ha), totalizando 78,8000 hectares.

Observa-se que a nova proposta de reserva legal se localiza dentro do mesmo imóvel. As áreas com vegetação nativa da propriedade, excluindo as de preservação permanente, foram propostas como Reserva Legal, ou seja, a tipologia foi mantida. Ressalta-se que na análise das imagens temporais não foi identificado supressão de grandes maciços florestais

Abaixo pode ser visto como ficarão as novas glebas da reserva legal:



Portanto, a proposta de relocação de reserva legal atende aos requisitos da lei 20.922 de 2013, ao ser demonstrado que a tipologia de vegetação nativa e recursos hídricos são os mesmos, e que existirá ganho técnico com a relocação da reserva legal, ao se realocar garantirá a formação de um bloco de vegetação maior, propiciando maior fluxo de animais e plantas para a área de reserva legal, assim como uma faixa de proteção para as áreas de preservação permanente.

Da Regularização da Supressão de vegetação nativa

De acordo com o requerimento é solicitado a intervenção ambiental corretiva da supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 84,00 ha.

O desmate realizado prejudicou a regeneração natural que estava ocorrendo na área. Na propriedade foi identificado a presença de espécies protegidas por lei (pequi), que por sua vez não foram suprimidas segundo o Auto de Infração e constatada durante a vistoria técnica.

Em análise de imagens de satélite do local e constatado na vistoria que o local requerido para intervenção se trata de uma área de uso antrópico, que foi abandonada permitindo o processo de regeneração natural em estágio inicial.

Diante do exposto a sugestão, após análise técnica, é pelo deferimento do pedido de intervenção da área requerida para de Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Como trata-se de uma intervenção ambiental corretiva os impactos ambientais já foram gerados no decorrer da intervenção na área da propriedade, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente.

Abaixo estão listados os impactos ambientais que ocorreram na propriedade:

- Qualidade do solo: Na manutenção das estradas contaminando a camada superficial do solo.
- Processos erosivos: No trânsito de veículos pesados e a exposição do solo à ação de ventos e chuvas e do regime fluvial.
- Alteração da fauna: afugentamento da fauna em decorrência perda de seus habitats.

6. CONTROLE PROCESSUAL

DO RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento de Regularização de Intervenção Ambiental para Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo em 84,0000ha visando a regularização de intervenções ambientais conforme auto de infração de nº 298298/2022 o pedido de relocação e regularização da área de reserva legal em 78,8000ha, na Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Dorés do Indaiá, certidão do cartório de registro de imóveis matrículas nº M-17.592, localiza-se na zona rural do município de Dorés do Indaiá-MG, possui uma área total de 302,3658 hectares de acordo com a certidão de matrícula do imóvel, em nome de do requerente, cujo objetivo de uso alternativo do solo. De acordo com o parecer técnico, a área objeto da intervenção pretendida pertence ao Bioma Cerrado, não estando inserida em área prioritária para conservação. O requerimento foi assinado pelo procurador do requerente, procuração anexada; documentos pessoais do requerente e procurador; comprovante de endereço; Certidão de registro de imóvel; Termo de averbação de Reserva Legal; roteiro de acesso; PIA; Inventário Florestal; Estudo de Fauna.

Foi apresentado certidão de não passível de licenciamento; CTF e ART's do empreendimento;

Foi apresentado a proposta de alteração da Reserva Legal; o CAR, porém, deverá ser retificado quanto a área de reserva legal que foi relocada, quanto a divergência na área declarada e apresentado antes da entrega do AIA;

Foi realizada a vistoria na data de 21/09/2022 sendo solicitado informações complementares em 16/12/2022, devidamente cumpridas, segundo o técnico.

A taxa de análise do processo foi devidamente recolhida doc. SEI 53382519;

A taxa florestal foi recolhida em dobro, doc. SEI 53382519;

A taxa de análise de processo de relocação de reserva legal foi recolhida, doc. SEI 58595362;

A reposição florestal deverá ser cobrada antes da entrega do AIA.

Houve parecer técnico favorável ao deferimento parcial do requerimento.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A análise do referido pedido foi feita de acordo com a legislação a seguir, e demais normas correlatas:

- Lei nº 20.922/2013 - Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais.
- Decreto 47.749 de 11 de novembro 2019 - Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
- Decreto 47.838/2018 - Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.

DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO COM DESTOCA

Foi solicitado a Regularização de Intervenção Ambiental para Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo em 84,0000ha visando a regularização de intervenções ambientais conforme auto de infração de nº 298298/2022 o pedido de relocação e regularização da área de reserva legal em 78,8000ha, na Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Dorés do Indaiá, certidão do cartório de registro de imóveis matrículas nº M-17.592, localiza-se na zona rural do município de Dorés do Indaiá-MG.

No imóvel de matrícula 17.592, houve uma intervenção irregular em 84,0000ha autuada pela PMMA, esta área já estava em processo de regeneração, foi lavrado o AI 298298/2022, o qual foi solicitado o parcelamento do valor da multa, e de acordo com o sistema CAP, encontra-se paga a parcela 08/36, cumprindo desta forma a exigência do art. 13 do Decreto Estadual 47.749/2019:

Art. 13 – A possibilidade de regularização, por meio da obtenção da autorização para intervenção ambiental corretiva, não desobriga o órgão ambiental de aplicar as sanções administrativas pela intervenção irregular.

Parágrafo único – O infrator deverá, em relação às sanções administrativas aplicadas, comprovar, alternativamente:

I – desistência voluntária de defesa ou recurso apresentado pelo infrator junto ao órgão ambiental competente e recolhimento do valor da multa aplicada no auto de infração;

III – parcelamento dos débitos devidos a título de multa aplicada em auto de infração;

O proprietário apresentou Projeto Intervenção Ambiental teve por objetivo de justificar a supressão cobertura vegetal nativa para o uso alternativo do solo. Foi justificado que a área já se encontrava consolidada com vegetação, possuindo espécies arbóreas isoladas e arbustivas em estágio de rebrota predominando gramíneas forrageiras exóticas. Segundo o parecer técnico, não foi relatado no Inventário Florestal a presença de espécies protegidas; foi apresentado Proposta de Alteração da Reserva Legal visando cancelamento do Termo de Averbação da Reserva Legal e relocação da Reserva Legal justificado pela inexistência do mapa do termo de averbação devido ao período que a mesma foi assinada. Foi verificado a situação da Reserva Legal da propriedade que possuía um termo de averbação do ano de 1987. Foi solicitado o mapa da localização da Reserva Legal ao responsável técnico, que retornou que não foi possível a obtenção do documento junto ao cartório de imóvel devido a data que foi averbado. Sendo assim, o responsável técnico e o proprietário optaram por pedir a relocação da Reserva Legal dentro do imóvel. A documentação complementar foi apresentada, atendendo o que determina a legislação, A localização precisa destas reservas legais não foi possível, porém durante a vistoria técnica foi possível verificar que a vegetação existente a propriedade apresenta características de floresta estacional e vegetação nativa de cerrado.

Segundo a legislação ambiental vigente a reserva legal averbada poderá ser alterada dentro do imóvel somente quando a tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a área anterior, garantindo ganho ambiental (§ 1º do Art. 27 da Lei nº 20.922/2013), segundo o técnico, “ao ser demonstrado que a tipologia de vegetação nativa e recursos hídricos são os mesmos, e que existirá ganho técnico com a relocação da reserva legal, ao se realocar garantirá a formação de um bloco de vegetação maior, propiciando maior fluxo de animais e plantas para a área de reserva legal, assim como uma faixa de proteção para as áreas de preservação permanente”; o que foi acatada pelo técnico o pedido de Relocação da área da Reserva Legal, tendo sido expedido um Termo de Responsabilidade, doc. SEI 59502801, e o respectivo ofício ao Cartório de Registro de Imóveis, doc. SEI 59503729;

Na área pretendida para a regularização da intervenção, para uso alternativo do solo em 84,0000ha, a supressão realizada prejudicou a regeneração natural que estava ocorrendo, em análise de imagens de satélite do local e constatado na vistoria que o local requerido para intervenção se trata de uma **área de uso antrópico**, que foi abandonada permitindo o processo de regeneração natural. Na propriedade foi identificado a presença de espécies protegidas por lei (Pequi), que por sua vez não foram suprimidas segundo o Auto de Infração e constatada durante a vistoria técnica realizada

Deve-se adotar todas as medidas mitigadoras e compensatórias indicadas discriminadas no parecer técnico. Não havendo assim, impedimentos para a liberação da regularização da supressão solicitada, na área demarcada pelo técnico, de acordo com as coordenadas indicadas no parecer técnico. Tendo desta forma o parecer técnico favorável ao Deferimento do requerimento.

CONCLUSÃO

Diante dos fatos e fundamentos expostos, sugere-se que o processo seja DEFERIDO PARCIALMENTE;

- Regularização da Supressão de vegetação nativa com destoca em uma área de 84,0000ha;
- Relocação da área de reserva legal em 78,8000ha;

A taxa de análise do processo foi devidamente recolhida doc. SEI 53382519;

A taxa florestal foi recolhida em dobro, doc. SEI 53382519;

A taxa de análise de processo de relocação de reserva legal foi recolhida, doc. SEI 58595362;

Deverá ser cobrada a Taxa de Reposição Florestal, calculada sobre o rendimento lenhoso apresentado, antes da entrega do AIA.

Deve ser observado todas as medidas mitigadoras e compensatórias elencadas no parecer técnico, que deverão constar do documento autorizatório, nos termos do art. 42, do Decreto 47.749/19.

O AIA que deverá ser emitido com validade de 3 (três) anos a partir da data de sua emissão, conforme o art. 7º do Decreto Estadual 47.749/19, por não estar vinculado a processo de licenciamento.

É o parecer sugestivo.

7. CONCLUSÃO

Considerando que o pedido de relocação de reserva legal atende aos critérios do Art. 27 da lei 20.922 de 2013 por localizar-se no imóvel de origem, em área com tipologia vegetacional, solos e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais, garantido ganho ambiental.

Ante o exposto acima e considerando que os estudo apresentados atendem a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do requerimento de pedido de relocação da área de reserva legal em 78,80 há e a regularização da supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 84,00 ha, conforme auto de infração de nº 298298-2022 da propriedade Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Dorés do Indaiá, de propriedade de Gustavo Teixeira Silvestre, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno na propriedade e comercialização.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado ainda necessitam de correções, mas que as mesmas são possíveis de serem corrigidas, como condicionantes:

- a. Delimitação de toda a área de vegetação nativa do imóvel dentro das áreas de APP e áreas de reservas legais.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar CAR retificado com as adequações exigidas no item 8 de medidas compensatórias	1 mês

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Fabrício Amorim Ribeiro
MASP: 1.147.700-7

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Álisson José Miranda Porto
MASP: 1.387.363-3



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Jose Miranda Porto, Servidor (a) Público (a)**, em 28/04/2023, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabrício Amorim Ribeiro, Servidor**, em 28/04/2023, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59101343** e o código CRC **4ED33DEA**.